

DESAFIOS DA RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA: UM OLHAR SOB A PERSPECTIVA DOS RESPONSÁVEIS

Mayara Pereira da Silva Souza¹

Catarina Cerqueira de Freitas Santos²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo compreender os desafios enfrentados pelos familiares dos estudantes na construção de uma relação participativa em uma escola pública do município do Cabo de Santo Agostinho – PE. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso, com entrevistas semiestruturadas realizadas com três perfis familiares: tradicional, monoparental e atípico. A análise foi orientada pela técnica de análise de conteúdo, permitindo a categorização das falas em três eixos: participação nas atividades escolares; barreiras na relação família-escola; e acolhimento à diversidade familiar. Os dados indicam que, embora as famílias demonstrem interesse em participar da vida escolar dos filhos, encontram obstáculos como sobrecarga materna, incompatibilidade de horários e falta de preparo institucional para lidar com diferentes realidades.

Palavras-chave: relação família-escola; diversidade familiar; escola pública.

1 INTRODUÇÃO

A relação entre família e escola é essencial para o desenvolvimento integral do aluno, estabelecendo uma parceria essencial para promover uma educação de qualidade. Essa relação, no entanto, enfrenta diversos desafios, que podem comprometer a eficácia do processo educativo e o bem-estar dos alunos. É fundamental, portanto, compreendê-los e explorar possíveis caminhos para superá-los.

Os estabelecimentos de ensino têm o dever de vincular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de inserção entre sociedade e escola, de acordo com o Art. 12, Inc. 6, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Essa participação, no entanto, requer um ambiente acolhedor e oportunidades de engajamento, que muitas vezes não estão disponíveis.

No passado, as famílias eram constituídas, em sua maioria, por pai, mãe e filhos. De acordo com a Constituição Federal, Art, 226, a entidade familiar é constituída por homem e mulher ou comunidade formada por um dos pais e seus descendentes (famílias

1 Concluinte de Pedagogia – Centro de Educação – UFPE. mayara.ssouza@ufpe.br

2 Professora Doutora do Departamento de Políticas e Gestão da Educação - Centro de Educação – UFPE. catarina.csantos@ufpe.br

monoparentais). É importante destacar a existência de uma nova configuração das famílias contemporâneas, sendo elas: pais e mães solos, separados, casais homoafetivos, entre outras, marcada por diversos arranjos e dinâmicas sociais, somando uma camada de complexidade a essa relação. Em 2022, o número de famílias brasileiras excedeu a marca de 72 milhões e, pela primeira vez, o percentual de mulheres à frente delas foi maior do que homens (IPEA, 2024).

Em adição às questões estruturais, as diferenças culturais e socioeconômicas entre as famílias e as escolas também podem representar um obstáculo significativo. Muitas vezes, as expectativas da escola podem não estar alinhadas com a realidade vivida pelas famílias, o que pode gerar frustração e desinteresse. Para que essa relação seja efetiva, é necessário um reconhecimento e uma valorização das experiências e dos contextos de cada família, criando um ambiente de respeito mútuo. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, assegura que "a educação é direito de todos e dever do Estado e da família", enfatizando a importância da colaboração entre esses dois núcleos na formação dos sujeitos.

A escolha deste tema também esteve fundamentada na minha experiência na coordenação escolar e na minha formação em licenciatura em pedagogia em andamento. Ao longo desses anos, pude observar diversos conflitos e desafios que emergem por falta de um acompanhamento sistemático das famílias em relação aos processos pedagógicos dos estudantes e as necessidades das próprias instituições educacionais de construir espaços mais democráticos e participativos. Enquanto auxiliar de coordenação, tive a oportunidade de estabelecer contato direto com as famílias, com o objetivo de agendar reuniões, relatar o cotidiano escolar dos alunos e convidá-las para eventos e encontros promovidos pela escola. A partir dessa vivência, foi possível observar que os estudantes cujas famílias demonstravam menor participação na vida escolar tendiam a apresentar um menor rendimento acadêmico, especialmente quando comparados àqueles cujos responsáveis mantinham uma presença mais ativa e colaborativa no ambiente escolar. Oliveira (2010) afirma que o envolvimento dos responsáveis nas atividades escolares influencia positivamente a autoestima, o comportamento e o desempenho acadêmico das crianças e adolescentes, uma vez que se sentem acompanhados, valorizados e motivados a permanecer e progredir na escola. Desse modo, a experiência prática adquirida na coordenação escolar evidenciou que a compreensão das dificuldades enfrentadas pelos responsáveis é essencial para a implementação de práticas pedagógicas e administrativas mais alinhadas com suas

expectativas e necessidades.

Além disso, a experiência da maternidade também contribuiu no interesse em estudar o tema. Como mãe, acredito que a colaboração entre família e escola não é apenas desejável, mas necessária para o desenvolvimento integral da criança. Portanto, compreender as dificuldades enfrentadas pelos responsáveis torna-se uma ferramenta valiosa para me ajudar a praticar estratégias que promovam o bom desenvolvimento da minha filha e das crianças como um todo. Tais experiências ressaltaram a necessidade de uma investigação mais profunda sobre as percepções e as dificuldades enfrentadas pelos responsáveis dos alunos.

A partir desse cenário, considerando a perspectiva dos responsáveis pelos estudantes de uma escola pública, no município do Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, quais os principais desafios apresentados pelos familiares para a construção de uma relação participativa com a escola? Essa questão será central na análise proposta, pois busca entender as percepções e experiências dos pais e responsáveis em relação à escola e ao processo educativo dos seus filhos.

Perante o exposto, determinamos como objetivo geral desta pesquisa compreender os desafios enfrentados pelos familiares dos estudantes na construção de uma relação participativa em uma escola pública do município do Cabo de Santo Agostinho - PE. Desdobramos este objetivo geral em três objetivos específicos: identificar áreas críticas na parceria entre família e escola apontada pelos responsáveis, analisar as percepções das famílias sobre o papel da escola no processo educativo e identificar quais fatores podem influenciar o envolvimento e a colaboração familiar na escola.

Com o propósito de alcançar os objetivos propostos, o artigo está estruturado em cinco seções, além desta introdução. Iniciamos com uma reflexão teórica sobre os desafios enfrentados pelos familiares na participação escolar efetiva, dividida em dois momentos: primeiramente, abordamos a importância da relação família-escola para o desenvolvimento do educando; em seguida, discutimos sobre a nova constituição familiar e sua relação com a escola. Na sequência, detalhamos os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, seguidos pela análise e discussão dos dados obtidos. Finalizamos com as considerações finais, nas quais sintetizamos os principais achados do estudo.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 A importância da relação família-escola no processo educativo

A relação entre família e escola é um tema central no campo da educação, sendo reconhecida como um dos fatores cruciais para o desenvolvimento integral do aluno. Essa interação se estabelece como uma via de mão dupla, na qual ambas as instituições desempenham papéis complementares e interdependentes na formação do indivíduo. Tanto a família quanto a escola compartilham a responsabilidade de promover o desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças e adolescentes, construindo, juntas, os alicerces para uma educação de qualidade.

A instituição educacional e o núcleo familiar não devem ser vistos como instituições isoladas, com funções separadas, mas sim como parceiros que, em constante diálogo, fortalecem o processo de ensino-aprendizagem. A colaboração mútua, baseada na confiança e no respeito, é essencial para criar um ambiente escolar acolhedor, no qual o aluno se sinta seguro, motivado e valorizado. Quando essa parceria é bem estabelecida, os resultados aparecem não apenas no desempenho acadêmico, mas também na autoestima, no comportamento e na permanência dos alunos na escola.

A família é o primeiro espaço de socialização da criança. É nesse núcleo que são formados os primeiros vínculos afetivos e as primeiras referências de mundo. Os valores, crenças e hábitos adquiridos nesse ambiente moldam a forma como a criança percebe a si mesma e o outro. Segundo Bronfenbrenner (1979), a família cria um contexto em que se desenvolvem as primeiras relações interpessoais e as habilidades sociais, fundamentais para o convívio em grupo e o sucesso escolar. Assim, a presença e o envolvimento dos pais ou responsáveis na vida escolar não devem ser vistos como um apoio opcional, mas como parte essencial do processo educativo.

A participação ativa dos familiares, por meio do acompanhamento das tarefas, da comunicação constante com os professores e da presença em eventos escolares, reforça a importância da escola na vida da criança. Além disso, favorece a construção da autonomia, da responsabilidade e do senso de pertencimento do educando. Quando a criança percebe que sua família valoriza sua trajetória escolar, ela tende a desenvolver uma atitude mais positiva frente à escola e ao conhecimento.

Por outro lado, mesmo quando a escola oferece condições ideais de ensino, o distanciamento da família pode comprometer significativamente o processo educativo. Chalita (2004, p. 10) ressalta que “por melhor que seja a escola, por mais bem preparados que estejam seus professores, nunca vai suprir a carência deixada por uma

família ausente.” Essa ausência pode provocar lacunas emocionais e psicológicas que interferem no rendimento escolar e no comportamento dos alunos. É preciso, portanto, que a escola atue de forma sensível, buscando estabelecer pontes com as famílias, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade.

A escola, enquanto espaço de formação acadêmica e social, também possui papel decisivo nesse processo. Silva e De Lima (2009, p. 240) destacam que “por ser a escola um ambiente complexo e rico em relações sociais, torna-se um terreno fértil para análises de diferentes naturezas”. A multiplicidade de relações, valores e expectativas exige da escola uma atuação cada vez mais democrática, dialógica e aberta à diversidade. Quando a escola compreende a importância da família e se dispõe a construir essa parceria, ela amplia suas possibilidades de atuação, tornando-se mais eficaz em sua missão educativa.

Além disso, é necessário compreender que o envolvimento familiar vai além do acompanhamento das tarefas escolares ou da disciplina. A presença emocional, o interesse genuíno no bem-estar da criança e a escuta ativa são dimensões igualmente importantes. A construção de vínculos afetivos com os adultos responsáveis e com a instituição escolar contribui para o fortalecimento da autoconfiança, da resiliência e da capacidade de enfrentamento diante das dificuldades.

Estudos apontam que a relação positiva entre escola e família resulta em benefícios diversos, como melhores desempenhos acadêmicos, redução nos índices de evasão e aumento da autoestima dos estudantes. Paro (2016) defende que a construção de um ambiente escolar acolhedor, com a participação ativa das famílias, fortalece o sentido de pertencimento e autonomia dos alunos. Souza (2015), por sua vez, destaca a importância de a escola reconhecer a diversidade dos arranjos familiares, propondo estratégias criativas e respeitadas que promovam a inclusão e o engajamento de todos os responsáveis.

Dessa forma, quando a escola se mostra aberta ao diálogo, flexível em suas práticas e acolhedora em sua escuta, contribui não apenas para o sucesso escolar dos alunos, mas também para a transformação social. A parceria entre família e escola, quando efetivada com intencionalidade, torna-se uma ferramenta poderosa de equidade, democratização do ensino e promoção do desenvolvimento humano.

2.2 A nova constituição familiar e a relação com a escola

As configurações familiares vêm passando por significativas reestruturações ao longo das últimas décadas, impulsionadas por mudanças nos campos social, econômico, jurídico e cultural. Essas transformações não ocorrem de forma isolada, mas refletem os novos modos de viver, conviver e criar vínculos na sociedade contemporânea. O que antes era considerado o modelo tradicional de família — formado por pai, mãe e filhos biológicos — já não representa a totalidade das realidades familiares existentes no Brasil. De acordo com dados recentes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2024), mais de 50% dos lares brasileiros são chefiados por mulheres, revelando mudanças substanciais nas estruturas familiares.

Essa nova configuração desafia instituições como a escola a reverem suas práticas, discursos e estruturas internas, para que possam se adaptar e responder de forma efetiva à diversidade familiar. Famílias monoparentais, homoparentais, reconstituídas, extensas ou compostas por avós, tios ou outros responsáveis legais fazem parte do cotidiano escolar e devem ser reconhecidas como legítimas e capazes de participar ativamente da vida educacional dos estudantes (Campos, 2010; Rizzini; Pilotti, 2009). Ignorar essas variações é, de certa forma, perpetuar práticas excludentes que afastam os sujeitos do processo educativo e da construção de uma escola verdadeiramente democrática.

A escola, como espaço privilegiado de socialização, aprendizado e convivência, precisa assumir uma postura ativa diante dessa diversidade. Isso significa ir além da tolerância ou da neutralidade, adotando uma perspectiva inclusiva que acolha, respeite e valorize os diferentes arranjos familiares. Rizzini e Pilotti (2009) afirmam que é papel da escola não apenas reconhecer a pluralidade familiar, mas também criar condições para que todas as famílias possam participar de forma equitativa da vida escolar dos filhos. Para isso, é necessário repensar as formas de comunicação, os horários de reuniões, os convites para participação em eventos, bem como a linguagem utilizada nos bilhetes e formulários, que muitas vezes ainda pressupõem uma estrutura familiar tradicional.

O modelo tradicional de escolarização ainda carrega resquícios de uma lógica conservadora, que, muitas vezes, considera como legítima apenas a família composta por pai, mãe e filhos. Nogueira (2011) observa que, apesar das transformações sociais, esse imaginário ainda é dominante em muitas instituições de ensino, o que dificulta a integração de famílias que não se encaixam nesse padrão. Tal postura, além de

ultrapassada, pode gerar exclusão, constrangimento e desmotivação por parte dos responsáveis e, conseqüentemente, dos próprios estudantes. É imprescindível, portanto, que a escola se transforme em um espaço de educação para a diversidade, que promova o respeito às diferenças e combata estereótipos e preconceitos que ainda persistem no cotidiano escolar.

Essa transformação passa, necessariamente, pela formação continuada de professores e gestores, que precisam estar preparados para lidar com realidades múltiplas e desafiadoras. A escuta sensível, o diálogo aberto e a empatia são competências fundamentais para construir pontes entre escola e família. Quando educadores compreendem que cada família carrega consigo uma história, uma cultura e uma dinâmica própria, tornam-se mais aptos a estabelecer vínculos de confiança e cooperação. Como destaca Souza (2011), a escola precisa ir além do currículo formal e atuar como um espaço de convivência democrática, onde as relações humanas sejam valorizadas e fortalecidas.

As práticas parentais também exercem papel fundamental no desenvolvimento global das crianças. O modo como os responsáveis se envolvem com a educação dos filhos, estabelecendo rotinas de estudo, limites, afeto e apoio emocional, impacta diretamente nos resultados escolares. Salvador (2007) evidencia que crianças inseridas em ambientes familiares equilibrados, nos quais há atenção, incentivo e acompanhamento, tendem a apresentar melhor desempenho acadêmico, maior autoestima e maior capacidade de lidar com frustrações e desafios. Nesse sentido, a escola tem o dever de dialogar com as famílias, reconhecendo suas potencialidades e oferecendo suporte diante de suas limitações.

Além disso, o fortalecimento da parceria entre escola e família depende do reconhecimento das condições concretas em que essas famílias vivem. Muitas vezes, a baixa participação em reuniões ou eventos escolares não se dá por desinteresse, mas por fatores como jornada de trabalho extensa, ausência de rede de apoio, dificuldades financeiras, entre outros. Oliveira e Schmidt (2015) afirmam que, para que essa parceria seja eficaz, é preciso considerar as dimensões sociais, culturais e emocionais que envolvem cada núcleo familiar, evitando julgamentos e preconceitos. A construção de uma rede de apoio mútua, baseada na confiança, é o que possibilita o engajamento efetivo dos responsáveis na vida escolar dos filhos.

Dessa forma, mais do que um espaço destinado à instrução formal, a escola deve se constituir como um ambiente de relações humanas, de escuta, de acolhimento e de

inclusão. Uma instituição que respeita as diferentes formas de organização familiar não apenas amplia sua capacidade de atuar na formação integral dos estudantes, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e plural. A valorização das famílias, em todas as suas formas, é um passo decisivo para uma educação verdadeiramente democrática, comprometida com os direitos humanos e com o respeito às diferenças.

3 METODOLOGIA

Este estudo adotou uma abordagem qualitativa, caracterizando-se como um estudo de caso. A opção pela pesquisa qualitativa justificou-se pela necessidade de compreender, em profundidade, os significados atribuídos pelas famílias às suas experiências com a escola. Dessa forma:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo et al., 2002, p.21).

A abordagem qualitativa não busca generalizações estatísticas, mas sim interpretações ricas e contextualmente situadas dos fenômenos sociais. Bogdan e Biklen (1994) defendem que a investigação qualitativa visa captar a complexidade dos comportamentos humanos em seu ambiente natural, permitindo ao pesquisador interpretar as ações, as falas e os sentidos a partir da perspectiva dos participantes.

Nesse sentido, a pesquisa qualitativa revelou-se adequada para o objetivo deste estudo, que consiste em compreender os desafios enfrentados pelas famílias no estabelecimento de uma relação participativa com a escola. Trata-se de um fenômeno social multifacetado, marcado por variáveis subjetivas, históricas e culturais, que exigem uma análise sensível às particularidades dos sujeitos e ao contexto social no qual estão inseridos.

Dentro dessa abordagem, optou-se pela utilização do estudo de caso como estratégia metodológica principal. Yin (2015) destaca que o estudo de caso é especialmente útil para investigar fenômenos contemporâneos dentro de seu contexto real, sobretudo quando as fronteiras entre o objeto de estudo e o ambiente onde ele

ocorre não estão claramente definidas. No caso da relação entre família e escola, o estudo de caso permitiu investigar as percepções e experiências vividas por diferentes núcleos familiares, possibilitando uma compreensão mais profunda das interações, conflitos, limitações e possibilidades desse vínculo.

O campo empírico da pesquisa foi uma escola pública localizada no município do Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco. A escolha da instituição deu-se por critérios de acessibilidade, relevância do contexto e interesse em analisar uma realidade marcada por desafios sociais e educacionais característicos da rede pública de ensino. A escola em questão atende a estudantes da Educação Infantil ao Ensino Fundamental e possui um histórico de ações voltadas à participação da comunidade, o que torna o ambiente propício para a investigação da temática.

Os sujeitos da pesquisa foram selecionados com base em critérios previamente definidos, de forma a garantir a diversidade de perfis familiares e, assim, ampliar a representatividade das perspectivas analisadas. Foram considerados quatro perfis de família: tradicional (composta por pai, mãe e filhos), monoparental (formada por apenas um dos genitores e seus filhos), extensa (onde os responsáveis são outros familiares, como avós ou tios) e atípica (com membros que possuam deficiência, transtorno do desenvolvimento ou condição específica que demande apoio adicional).

Inicialmente, os cinco perfis familiares foram contatados para participação na entrevista. No entanto, apenas dois perfis compareceram na data previamente agendada. Diante disso, novas tentativas de agendamento foram realizadas, e apenas um terceiro perfil compareceu na remarcação. Dessa forma, compuseram o corpus da pesquisa três famílias: uma tradicional, uma monoparental e uma atípica. A seleção final, embora reduzida em relação à intenção inicial, ainda permitiu contemplar realidades distintas e gerar uma análise qualitativa significativa sobre a relação família-escola sob diferentes perspectivas. Embora o convite para participação na pesquisa tenha sido direcionado tanto às mães quanto aos pais, apenas mães se dispuseram a participar das entrevistas. Esse fato evidencia uma tendência recorrente nas relações entre família e escola, em que a participação familiar, na prática, se configura majoritariamente como participação feminina.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, técnica amplamente utilizada em estudos qualitativos por combinar um roteiro base com flexibilidade para que os entrevistados possam explorar livremente suas experiências. Segundo Gil (2008), as entrevistas semiestruturadas equilibram a necessidade de

direcionamento com a abertura para novas informações que emergem espontaneamente. Essa estratégia foi fundamental para este estudo, pois permitiu que os participantes compartilhassem suas vivências com autenticidade, revelando aspectos que muitas vezes não aparecem em formas mais estruturadas de coleta.

As entrevistas seguiram um roteiro previamente elaborado, contendo questões abertas sobre a vivência escolar dos filhos, o envolvimento dos responsáveis nas atividades escolares, os canais de comunicação com a escola, os sentimentos em relação ao ambiente escolar e as dificuldades enfrentadas no processo de participação. A aplicação das entrevistas respeitou os princípios éticos da pesquisa com seres humanos, garantindo anonimato, sigilo e liberdade de expressão dos participantes, conforme os preceitos da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Após a coleta, os dados foram organizados e submetidos à técnica de Análise de Conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011). A análise seguiu três etapas principais: pré-análise, que envolveu a leitura flutuante e a organização do material; exploração do material, com a codificação e categorização das falas; e o tratamento dos resultados, momento em que foram feitas as inferências e interpretações com base nas categorias emergentes. Por meio dessa abordagem, foi possível organizar os dados empíricos em três categorias temáticas: 1) Participação dos responsáveis nas atividades escolares, 2) Barreiras e desafios enfrentados na relação família-escola, e 3) Acolhimento, escuta e respeito à diversidade familiar. Cada categoria é detalhada na análise dos dados, com suporte em trechos das falas dos entrevistados e fundamentação teórica.

Essa forma de análise favoreceu a produção de um conhecimento interpretativo, sensível às realidades sociais e capaz de promover reflexões críticas sobre a prática educacional. A articulação entre os dados empíricos e o referencial teórico permitiu compreender os sentidos atribuídos pelas famílias à sua relação com a escola, bem como os obstáculos que ainda impedem a construção de uma parceria efetiva e democrática.

Portanto, a metodologia adotada neste estudo buscou garantir rigor na produção do conhecimento, respeitando a complexidade do objeto investigado e valorizando a voz dos sujeitos envolvidos. Ao investir em uma escuta qualificada, contextualizada e crítica, este trabalho reafirma o compromisso com uma pesquisa comprometida com a transformação social e com a valorização da diversidade no contexto escolar.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

4.1 Participação dos responsáveis nas atividades escolares

A participação das famílias na vida escolar dos filhos é amplamente reconhecida como um dos pilares do sucesso educacional. Essa participação pode assumir diferentes formas, desde a presença em reuniões e eventos, até a comunicação com professores e o acompanhamento das atividades escolares em casa. No entanto, essa presença não se limita ao aspecto físico: ela está também relacionada ao afeto, ao envolvimento emocional e à disposição para colaborar com o desenvolvimento da criança ou adolescente.

As entrevistas revelam um esforço por parte dos três perfis familiares ouvidos para manterem-se presentes na rotina escolar de seus filhos. A representante da família atípica afirma que *“Quando tem homenagens ou reuniões, eu tô sempre presente e eu posso acompanhar de pertinho o comportamento do meu filho... Até hoje, graças a Deus, ninguém nunca me barrou de entrar na sala de aula...”*. Esse envolvimento reforça a importância do vínculo afetivo entre família e escola, como destaca Chalita (2004), ao afirmar que a presença familiar é insubstituível e que nenhuma escola, por melhor que seja, consegue preencher a ausência da família. Para essa mãe, estar presente significa cuidar, observar, acompanhar e participar de maneira afetiva do processo educacional do filho. Esse envolvimento ativo é, muitas vezes, exercido com sacrifício, sobretudo por mães atípicas, que além da rotina comum, enfrentam desafios relacionados a tratamentos, demandas específicas e atenção redobrada.

De modo semelhante, a mãe da família tradicional comenta: *“Participo das reuniões sempre que posso e sempre trago ela, diariamente. Tô sempre participando, me imprenso lá em alguma coisa e tô sempre presente.”*. Aqui, percebe-se um esforço contínuo em estar inserida na dinâmica escolar, mesmo que de forma informal. Essa "insistência" em participar pode também refletir uma tentativa de superar barreiras invisíveis que a escola, às vezes, impõe de forma sutil, como uma linguagem excludente ou uma estrutura pouco acolhedora. A ideia de "me imprenso lá" pode ser interpretada como um indicativo de que, mesmo sem um espaço formalmente reservado à família, a responsável busca se fazer presente.

A mãe da família monoparental também relata: *“Sempre que tem eventos [...] eles sempre estão presentes. E eu também, já que trabalho na escola.”* Neste caso, há

uma dupla dimensão da presença: a familiar e a profissional. Estar na escola como funcionária pode favorecer a aproximação com os processos pedagógicos, mas também pode ser exaustivo, considerando a sobreposição de papéis e responsabilidades. O relato evidencia como o vínculo entre família e escola pode ser fortalecido, mas também tensionado, pelas múltiplas funções desempenhadas pelas mulheres no ambiente escolar.

Apesar das configurações familiares distintas, todas demonstraram disposição para se envolver com a escola, reforçando o que Paro (2016) defende: o sucesso escolar está diretamente associado ao fortalecimento do vínculo entre escola e comunidade. Paro (2016) e Oliveira (2010) destacam que o envolvimento dos responsáveis, mesmo que parcial ou simbólico, tende a impactar positivamente no rendimento escolar e na autoestima dos estudantes. A escola, ao reconhecer esse esforço, precisa desenvolver estratégias que ampliem as possibilidades de participação, respeitando as condições e limites de cada núcleo familiar. A valorização da escuta, o uso de canais de comunicação acessíveis e a oferta de espaços dialógicos são caminhos possíveis para consolidar essa relação.

4.2 Barreiras e desafios enfrentados na relação família-escola

Apesar do desejo de participar ativamente da vida escolar dos filhos, muitas famílias enfrentam barreiras concretas que dificultam ou inviabilizam essa participação. Os desafios apontados nas entrevistas dizem respeito a questões estruturais, emocionais, de tempo e de organização familiar, evidenciando que o envolvimento familiar está condicionado a múltiplas variáveis.

A mãe da família atípica relata com clareza a ausência de apoio institucional: “*A professora de suporte [...] foi demitida por conta da troca da gestão pública [...]. Eu tô indo várias vezes na Secretaria de Educação...*”. Esse depoimento revela uma luta contínua por direitos básicos, como o atendimento educacional especializado. A ausência de políticas públicas estáveis e a descontinuidade das ações comprometem não apenas a aprendizagem dos alunos com deficiência, mas também sobrecarregam as famílias, que precisam assumir responsabilidades que seriam do Estado.

A mesma mãe reforça: “*A quantidade de mães que estão adoecendo com essa sobrecarga é muito grande.*” A fala evidencia o adoecimento físico e emocional das

mulheres, especialmente mães atípicas, que enfrentam jornadas duplas ou triplas de cuidado, trabalho e militância. A vivência da maternidade pode causar uma sobrecarga a mulher, resultante da dependência do filho, que demanda atenção e cuidados, associado a todas as outras atividades que a mulher precisa exercer além de ser mãe, a exemplo de: trabalhar, estudar, cuidar da casa e da família (Barros *et al.*, 2017). Esse cenário é agravado pela ausência de suporte psicológico, pedagógico e institucional, além da invisibilidade dessas realidades no cotidiano escolar.

A família tradicional, por sua vez, pontua os compromissos cotidianos como barreiras à participação: *“Tem médico pra levar, tem dentista pra levar e nem sempre a gente pode tá presente.”* Essa declaração mostra que, embora exista interesse e disposição em acompanhar a vida escolar dos filhos, outras obrigações familiares, igualmente importantes, ocupam espaço na agenda das responsáveis, o que deve ser respeitado e considerado pela escola.

A mãe da família monoparental complementa: *“A sobrecarga [...] pode sim dificultar a presença em reuniões, eventos [...] Nem todo mundo consegue [acompanhar], dependendo da área em que trabalha.”* Nesse caso, observa-se a interseção entre trabalho, maternidade solo e a exigência da escola em relação à presença dos responsáveis. A fala reforça que não é a falta de interesse que impede a participação, mas sim a incompatibilidade de horários, a falta de apoio institucional e o acúmulo de responsabilidades.

A mãe da família atípica relata que: *“O pai sempre ensina a ele as brincadeiras, as brincadeiras de menino, como é e eu sempre tô lá como parte materna, para dar carinho, amor, cuidar, alimentar, ensinar, né? Então, dentro de casa, a gente dividiu as funções: um brinca, o outro educa e o outro cuida.”* A fala dessa mãe reforça que, embora exista uma divisão nas funções dentro de casa, ela ainda reproduz um padrão tradicional de gênero: ao pai cabe às atividades lúdicas, como ensinar as “brincadeiras de menino”, enquanto à mãe são associadas funções ao cuidado afetivo, à alimentação e o acompanhamento de atividades escolares.

De acordo com Badinter (2011), a maternidade na sociedade contemporânea continua sendo permeada por uma expectativa social de dedicação integral, o que sobrecarrega emocional e fisicamente as mulheres, especialmente quando conciliam múltiplas responsabilidades, como trabalho, cuidados domésticos e acompanhamento escolar dos filhos. Essa sobrecarga pode limitar a presença física das mães em atividades escolares, mesmo quando há interesse e comprometimento, impactando a

forma como vivenciam a educação dos filhos.

Além disso, estudos apontam que a ausência paterna, seja por abandono, distanciamento ou delegação das responsabilidades educacionais à mãe, acentua essa carga. Segundo Sarti (2010), essa ausência não implica apenas a falta de um provedor material, mas também a ausência de corresponsabilidade na formação educacional e emocional da criança. Isso reforça uma dinâmica desigual de participação familiar, onde a mãe se torna a principal, e às vezes a única, interlocutora nessa relação entre escola e família.

Essa situação reforça não apenas a importância da escola não apenas reconhecer, mas também ampliar a participação paterna e de outros familiares nas questões pedagógicas e no cotidiano escolar, rompendo com a lógica de que a comunicação e o acompanhamento escolar sejam atribuições quase exclusivas das mães (Souza, 2011). Para além da escuta, é necessário que a escola desenvolva práticas mais realistas, que reconheçam e se adaptem às limitações dos diferentes perfis familiares. Ao estimular uma participação mais equilibrada entre os responsáveis, a instituição contribui para reduzir a sobrecarga materna e promover um envolvimento familiar mais igualitário no processo educacional.

4.3 Acolhimento, escuta e respeito à diversidade familiar

A terceira categoria trata da forma como a escola reconhece, acolhe e respeita as diversas formas de organização familiar. Essa dimensão é essencial para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva, que valorize as experiências dos sujeitos e promova a equidade.

A representante da família atípica demonstra satisfação com o acolhimento recebido: *“Desde o dia que eu cheguei aqui na escola, eu fui muito bem acolhida.”* E ainda: *“A paciência com as professoras com relação à criança atípica é mais necessária.”* Essas falas evidenciam que, em alguns contextos, há práticas positivas de escuta e acolhimento, especialmente por parte dos professores. No entanto, o uso do termo “mais necessária” revela que esse tipo de postura não é uma regra, mas sim uma exceção — algo que se espera, mas que nem sempre se encontra.

A mãe da família tradicional reforça: *“Não tem o que reclamar não, com relação à gestão é muito tranquilo.”* Esse relato sugere que a experiência dessa família

no ambiente escolar é positiva, porém não há menção direta a práticas voltadas à diversidade. A ausência de conflitos pode indicar, também, que esse núcleo familiar se aproxima do padrão considerado “tradicional”, o que tende a ser mais facilmente aceito pelas instituições.

Por outro lado, a mãe monoparental traz reflexões críticas: *“A escola ainda precisa avançar no respeito à diversidade familiar.”* A mesma reforça que: *“Falta de sensibilidade da gestão ou até mesmo preparo para lidar com realidades diferentes.”* Essas declarações apontam para a necessidade de formação continuada da equipe escolar, com foco na escuta ativa, empatia e compreensão das múltiplas realidades familiares. A falta de preparo para lidar com a diversidade reflete uma lacuna institucional que precisa ser preenchida com urgência.

Nesse sentido, os relatos sobre os eventos comemorativos reforçam a discussão. Ao comentar sobre a festa do Dia dos Pais, uma mãe destacou positivamente a iniciativa da escola: *“Festa também, dia dos pais, que os pais trabalham, de dia não pode... as mães não, é de dia mesmo. Mas, dos pais, eu acho muito bonita essa atitude deles. E, geralmente, marca no sábado à noite, que todos os pais podem vim.”* O depoimento evidencia uma tentativa da instituição de favorecer a participação paterna, reconhecendo as barreiras impostas pelo trabalho em horário comercial.

Entretanto, a fala de uma mãe solo problematiza a desigualdade dessa prática: *“É, eu acredito que eventos, como o dia das mães, poderiam colocar em um horário à noite, é, na qual os pais, durante o dia trabalha e, à noite, eu acredito que ficaria mais fácil de participar. [...] Então, já que o dia dos pais acontece à noite, porque o dia das mães também não, né? Eu acredito que, à noite, a participação ela seria melhor.”* Esse contraste revela que, enquanto a escola flexibiliza os horários para viabilizar a presença dos pais, mantém o evento das mães em período diurno, pressupondo que estas estariam sempre disponíveis. Tal postura reforça estereótipos de gênero e invisibiliza a realidade de muitas mulheres, em especial mães trabalhadoras e mães solo.

De acordo com Souza (2011), reconhecer e valorizar a diversidade familiar é um passo indispensável para a construção de uma educação democrática. Rizzini e Pilotti (2009) defendem que o acolhimento não deve ser uma prática pontual ou dependente da boa vontade de determinados profissionais, mas sim parte de uma política institucionalizada, estruturada e contínua. O respeito à diversidade não se resume à aceitação passiva, mas exige ações concretas de inclusão, representatividade e escuta.

É evidente que o êxito ou fracasso escolar, bem como a qualidade das

instituições de ensino, estão associados a diversos fatores. No entanto, a adoção de estratégias que promovam a integração das famílias de forma mais colaborativa e construtiva ao ambiente escolar constitui um ponto fundamental nesse debate. Por esse motivo, ações e investimentos voltados para essa área devem ser tratados como prioridade, ainda que seja necessário destacar que

A mera constatação dessa estreita correlação entre mundo familiar e mundo escolar não basta para mudar o quadro tão antigo e atual da conversão das desigualdades sociais em desigualdades escolares. Na perspectiva de uma educação de qualidade para todos, essa situação precisa ser enfrentada, pois a escola pública eficaz deve ser capaz de ajudar a garantir a cada um de seus alunos, independentemente das condições de seu grupo familiar, o direito de aprender (CASTRO; REGATTIERI, 2010, p. 7)

A fala da mãe da família monoparental evidencia a importância de ações concretas por parte da escola para acolher, escutar e respeitar as diferentes configurações familiares: *“Sugiro que a escola crie mais espaço de escuta para familiares, com horários mais flexíveis [...] acolher começa por reconhecer e respeitar cada história.”* É preciso que a escola pública atue intencionalmente para garantir o direito de aprender a todos os alunos, independentemente das condições de suas famílias. A criação de espaços de escuta, o preparo da equipe para lidar com realidades diversas e a valorização da presença e da história de cada família são estratégias fundamentais para romper com a lógica da exclusão e avançar em direção a uma educação verdadeiramente equitativa.

Portanto, os dados demonstram que ainda há um caminho a ser percorrido na construção de uma escola que acolha todas as famílias em sua pluralidade. É necessário romper com modelos normativos e promover uma cultura escolar que reconheça as singularidades como potência, e não como obstáculo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo compreender os desafios enfrentados pelos responsáveis no estabelecimento de uma relação participativa com a escola, a partir da escuta de diferentes configurações familiares. Por meio de uma abordagem qualitativa, com estudo de caso realizado em uma escola pública no município do Cabo de Santo Agostinho – PE, foi possível acessar, por meio das entrevistas semiestruturadas, percepções e vivências que enriqueceram a compreensão sobre a temática.

Os dados analisados evidenciaram que, independentemente da configuração familiar, existe interesse e esforço por parte dos responsáveis em participar da vida escolar dos filhos. No entanto, a intensidade e a forma desse envolvimento variam conforme as condições socioeconômicas, emocionais, laborais e organizacionais de cada núcleo familiar. Essa participação, embora muitas vezes simbólica, revela-se fundamental para o desenvolvimento acadêmico, social e emocional dos estudantes, como apontam diversos estudos da área.

A pesquisa também demonstrou que existem barreiras significativas que dificultam ou limitam a presença das famílias no cotidiano escolar, tais como jornadas de trabalho extensas, falta de suporte institucional, ausência de políticas públicas efetivas e sobrecarga materna. A essas dificuldades somam-se os desafios relacionados ao acolhimento e à valorização da diversidade familiar, que ainda não são plenamente reconhecidos pelas práticas escolares.

Outro ponto importante foi a predominância da participação feminina, com todas as entrevistadas sendo mães. Tal dado reforça o que apontam Sarti (2010) e Badinter (2011) sobre a centralidade da figura materna no acompanhamento escolar e a desigual distribuição das responsabilidades familiares, evidenciando a urgência de estratégias que incentivem maior participação paterna e de outros responsáveis.

Embora algumas famílias relatem experiências positivas de acolhimento, percebe-se que essas ações são, em grande parte, isoladas e dependem da sensibilidade individual de determinados profissionais. Isso reforça a necessidade urgente de políticas institucionais claras e estruturadas que garantam o respeito às diferentes configurações familiares, promovendo uma cultura escolar mais democrática, inclusiva e representativa.

A relação entre família e escola não deve ser pautada pela cobrança ou pela responsabilização unilateral, mas sim pelo diálogo, pela escuta e pela construção conjunta de caminhos para o sucesso educacional dos alunos. Quando há abertura, respeito e valorização das experiências familiares, a escola fortalece sua função social e contribui para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Apesar das contribuições desse estudo, reconhece-se como limitação o número reduzido de participantes, o que impossibilita generalizações. Além disso, a dificuldade em conciliar agendas e a ausência de alguns perfis familiares inicialmente contatados limitaram a amplitude da pesquisa. Para pesquisas futuras, sugere-se ampliar a amostra, incluindo um número maior de perfis familiares, diversificando o contexto escolar

investigado, de modo a aprofundar o debate sobre estratégias efetivas de integração entre família e escola.

Por fim, conclui-se que, a construção de uma parceria sólida entre escola e família exige mais do que boa vontade individual: requer políticas institucionais claras, ações de formação continuada para professores e práticas que considerem as especificidades de cada núcleo familiar. Ao assumir esse compromisso, a escola não apenas contribui para a melhoria do desempenho escolar, mas também na formação de cidadãos mais críticos, participativos e conscientes do seu papel na sociedade.

REFERÊNCIAS

BADINTER, E. *O conflito: a mulher e a mãe*. Rio de Janeiro: Record, 2011.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, A. L. O.; BARROS, A. O.; BARROS, G. L. M.; SANTOS, M. T. B. R. Sobrecarga dos cuidadores de crianças e adolescentes com Síndrome de Down. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, Aracaju, v. 22, n. 11, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/PDPpk6nrS79shrcS3drfvFG/?lang=pt>. Acesso em: 21 jul. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 fev. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 3 out. 2024.

BRONFENBRENNER, U. *The ecology of human development: experiments by nature and design*. Cambridge: Harvard University Press, 1979.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 1994. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1119>. Acesso em: 08 abr. 2025.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas. *Família e escola: novos desafios*. Petrópolis: Vozes, 2010.

CASTRO, J. M.; REGATTIERI, Marilza (Org.). *Interação escola-família: subsídios para práticas escolares*. Brasília: UNESCO, Ministério da Educação, 2009. 104 p. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000187729>. Acesso em: 24 set. 2024.

CHALITA, G. Educação: a solução está no afeto. 12ª ed. São Paulo: Gente, 2004.

NOGUEIRA, M. Família e escola: desafios da parceria na contemporaneidade. Educação & Realidade, [S.l.]. v. 31, n. 2, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/6850/>. Acesso em: 08 abr. 2025.

GIL, A. C., Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Retrato das desigualdades de gênero e raça. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/retrato/indicadores/familias/apresentacao>. Acesso em: 18 fev. 2024.

MINAYO, M. C. S. (org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

OLIVEIRA, Z. M. R. Família e escola: uma relação possível? São Paulo: Cortez, 2010.

OLIVEIRA, R. R.; SCHMIDT, M. L.. Família e escola: parcerias possíveis? São Paulo: Cortez, 2015.

PARO, V. Participação da Comunidade na gestão democrática da escola pública. In: Paro, Vítor. Gestão democrática da escola pública. São Paulo: Cortez, 2016.

RIZZINI, I.; PILOTTI, F. A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2009. Disponível em: https://api.metabooks.com/api/v1/asset/mmo/file/3357d0b5c3a94d80824fd5081b8c2c15?access_token=b44a17d6-3135-458b-b486-f2fbb39c12c5. Acesso em: 24 set. 2024.

SALVADOR, A. P. V. (2007). *Análise da relação entre práticas educativas parentais, envolvimento com tarefas escolares, depressão e desempenho acadêmico de adolescentes* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/34049>. Acesso em: 08 abr. 2025.

SARTI, C. A. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, M. V.; DE LIMA, L. R. *A participação da família na escola: contribuições à democratização da gestão*. Retratos da Escola, [S. l.], v. 3, n. 4, 2012. DOI: 10.22420/rde.v3i4.115. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/115>. Acesso em: 18 set. 2024.

SOUZA, S. O. O professor de sala de aula: as mazelas de uma profissão. Revista Científica Eletrônica de Ciências Sociais da Eduvale, v. 4, nº 6, p. 1-9, 2011.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.